



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18-04-2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Boa tarde a todos. Na qualidade de membro e Presidente interino da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 5ª audiência pública, do ano de 2024.

Informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo, através do endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/>, e também pelo YouTube no canal da Rede Câmara SP, Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara Canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 11 de abril no *Diário Oficial da Cidade*; no dia 11 de abril também no jornal *O Estado de S.Paulo*; e no dia 12 de abril no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, devendo os inscritos, pelo *site*, participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. E também pode ser feita neste momento junto à Secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência, o Sr. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, que hoje estará representado pelo Secretário Executivo, Sr. Fernando Barrancos Chucre, Secretário Executivo de Planejamento e Entregas Prioritárias, a quem convido para compor a Mesa.

Foram convidados também os Srs.: Rodrigo Ravena, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Milton Vieira Pinto, Secretário Municipal de Habitação; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Thomaz Toledo, Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, CETESB; André Salcedo, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Fernando José Martins, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública-Geral; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Passemos à pauta da 3ª audiência pública com o objetivo de discutir o PL 163/2024, de autoria do Prefeito Ricardo Nunes, que autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos, convênios ou quaisquer outros tipos de ajustes necessários, de forma individual ou por meio de arranjo regionalizado, visando à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo, nas condições que especifica; bem como altera os Arts. 10 e 11 e revoga os Arts. 1º ao 5º da Lei nº 14.934, de 18 de junho de 2009.

Quero aproveitar para cumprimentar a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista, o Secretário Fernando Chucre, a assessoria, todos os presentes e o público que acompanha a Rede Câmara.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Com a palavra a nobre Vereadora Sílvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Presidente, eu fui informada, assim que cheguei, que o Presidente da Comissão, Vereador Rubinho Nunes, deu uma ordem para que os munícipes, que participam da audiência pública, não possam adentrar o Plenário 1º de Maio.

Então, eu gostaria de saber quem deu essa ordem, se não foi o Vereador Rubinho Nunes, quem deu a ordem? E eu já queria manifestar o meu protesto, porque como é que a gente vai fazer audiências públicas em que a população não pode ficar presente nos plenários.

Já está demais a falta de democracia na Câmara Municipal. Já não chega ter votado ontem, em primeira votação, sem passar pelas audiências públicas e agora o próprio povo não pode adentrar o plenário da Câmara, neste Plenário 1º de Maio.

Eu gostaria que o assessor falasse, depois que eu terminasse minha fala, porque está me atrapalhando. Eu queria dizer o seguinte, a gente está no Plenário 1º de Maio, aqui, neste plenário, ainda tem a galeria em cima. Se a gente estivesse lá no Salão Nobre, não tem galeria em cima. Então, ia colocar o povo aonde?

Está um absurdo essa falta de democracia na Câmara Municipal. Eu nunca vi isso.

Eu já estou aqui, é o meu primeiro mandato, estou há três anos, quase três anos e meio, mas eu nunca vi uma ordem em que o público, os munícipes, os cidadãos da cidade de São Paulo, ficassem impedidos de participar presencialmente aqui nas cadeiras e não lá em cima, nas cadeiras do plenário da Câmara Municipal, porque o plenário está aqui, ali é a galeria, o plenário é aqui.

Então, eu queria manifestar os meus protestos, o meu repúdio, não sei se a ordem foi do Presidente da Comissão, se foi do Presidente da Câmara, não importa de quem foi a ordem, a ordem é uma coisa que eu nunca vi na vida e tem a questão da falta de democracia.

O senhor está presidindo a sessão, sei que o senhor não tem a ver necessariamente, diretamente com isso, mas eu acho que nós deveríamos liberar para que o plenário pudesse estar disponível para as pessoas que estão lá em cima. Nós somos Vereadores, nós não podemos ficar distantes do povo. Parece que os Vereadores têm medo de ficar perto da população.

Então, assim, eu realmente fico indignada com esse tipo de decisão da Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Nobre Vereadora Silvia, como V.Exa. falou, foi uma decisão tomada, até mesmo com base, infelizmente, nos acontecimentos na segunda audiência pública que ocorreu ontem, lá no Salão Nobre.

Porém, eu não vejo, *data maxima venia*, com todo respeito a V.Exa., eu não vejo prejuízo, porque, de fato, lá tem o microfone, lá não há dificuldade para as pessoas se manifestarem, e aqui é um ambiente só. O que nós temos aqui é uma parte, aqui embaixo, que é a parte que V.Exa. sabe, é utilizada pelos Vereadores. Ali sempre foi o espaço do público e eu não vejo prejuízos para a realização da audiência pública.

Portanto, eu entendo o requerimento e recebo o requerimento de V.Exa., porém, com base na decisão que foi tomada, eu mantenho.

E aí eu gostaria de passar a palavra, eu não sei se o Secretário Chucre quer se manifestar, ou se V.Exa., Vereadora Silvia, gostaria de se manifestar?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Eu, em protesto, não vou participar desta audiência pública, porque eu me recuso a participar de uma audiência pública em que o povo da cidade de São Paulo não possa estar sentado nas cadeiras do plenário, porque ali são cadeiras da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – E a galeria é para quem, nobre Vereadora?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Não, não, não. Se a gente estivesse em um plenário que não tivesse galeria, então o povo estaria aonde? Fora do plenário?

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Mas nós estamos, se nós estivéssemos num lugar que não tivesse esse espaço, obviamente que eles estariam participando no contexto, mas nós estamos utilizando esse espaço.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Presidente, não existe justificativa para que eles não possam vir sentar-se aqui. Não tem justificativa. Qual a justificativa? Porque ontem aconteceu, ontem aconteceu um episódio isolado, aí a gente vai penalizar as pessoas de não ter acesso aos microfones, de não ter acesso a falar no púlpito, por exemplo, porque uma coisa é falar lá em cima, outra coisa é poder falar aqui no púlpito.

São técnicos que estão ali presentes. Técnicos do tema da Sabesp. Eu acho uma falta de respeito com as pessoas que querem participar, que querem contribuir com o tema do projeto. Realmente eu acho uma falta de respeito por um fato isolado que aconteceu ontem, ter uma determinação que impede que as pessoas participem aqui perto de nós e que possam utilizar o púlpito, que possam utilizar os microfones próximos.

Acho que a Câmara, dessa forma, está ficando cada vez mais antidemocrática. E isso é grave, isso é sério. Isso não é qualquer coisa. Então, se mantiver dessa forma, eu não vou participar desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Eu vou pedir, sou eu que estou presidindo. Eu quero registrar a presença aqui da nobre Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Eu vou pedir a suspensão dos trabalhos por

dois minutos.

O SR. ARSELINO TATTO – Presença do Vereador Arselino Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Registrada a participação do nobre Vereador Arselino Tatto, de forma virtual.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Eu vou registrar, só suspender... Qual a palavra, nobre Vereadora Cris Monteiro?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Muito obrigada, Presidente. Eu apenas gostaria de fazer um comentário muito breve. Primeiro de tudo, boa tarde a todos os senhores e senhoras que estão nesta audiência pública. Boa tarde, Presidente, membros desta Mesa.

Eu gostaria apenas de fazer um comentário; de certa forma, um desagravo, porque depois da nossa reunião de ontem, em que aprovamos o projeto em questão, em primeira, neste plenário, minhas redes sociais foram infestadas de pessoas que me ofenderam, de forma absurda. Eu fui, inclusive, chamada de “careca” por algumas pessoas. Eu não vou nem usar os nomes que foram usados contra a minha pessoa, nomes de baixíssimo calão, e é realmente lamentável que isso aconteça nas redes sociais.

Eu tenho uma condição autoimune e, de fato, sou uma mulher careca, e essa é uma condição muito especial para mim. Embora eu seja uma pessoa resolvida com essa questão, é lamentável que as pessoas usem as redes sociais para fazer uso de uma condição minha, de uma doença que eu tenho, e me ofenderem dessa forma na rede social.

A vantagem é que eu sou uma mulher muito forte, muito empoderada, e cuido muito da minha saúde mental. Mas eu não vou nem repetir os outros nomes que usaram para me ofender, com palavras muito desagradáveis, palavras agressivas, inclusive dizendo que eu me agredi fisicamente em partes do meu corpo que eu não consigo nem falar o nome, por respeito a todos os senhores.

Então, fica registrado, o desagravo contra esse ataque que foi feito nas minhas redes sociais ontem, simplesmente porque eu me coloquei favorável à privatização da Sabesp. Então,

todas as pessoas que fizeram essas ofensas contra mim são pessoas que certamente gostariam que eu fosse contrária à privatização. E, pelo fato de eu ter colocado a minha posição favorável, eu sofri esse tipo de ataque. Gostaria de fazer esse registro, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ARSELINO TATTO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Já passo a palavra a V.Exa.

Eu gostaria de externar minha solidariedade à nobre Vereadora. De fato, a democracia permite manifestações, mas proíbe os excessos, que infelizmente vêm acontecendo. Isso não contribui com as tomadas de decisões. Aqui, nós temos pessoas favoráveis a projetos, desfavoráveis, e precisamos entender que é uma Casa Legislativa e o debate tem que apenas acontecer no campo das ideias.

Eu vejo uma agressividade exacerbada e triste acontecendo, nobre Vereadora. Às vezes, até fomentada. Isso é lamentável, porque não é assim que iremos construir uma cidade mais justa, mais igualitária. Cada um que defenda seu ponto de vista, cada um que utilize da fala, do diálogo, porque a política é construída com base no diálogo. Agora, o que nós não podemos aceitar é esse tipo de comportamento. Então, eu quero externar a minha solidariedade.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Me chamar de careca é como chamar uma pessoa numa cadeira de roda de aleijado. Eu duvido que alguém possa ser capaz de fazer isso, de ter esse tipo de ofensa na minha rede social.

Muito obrigada pela sua solidariedade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Passo a palavra ao nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Estou ouvindo. Qual a palavra de ordem, Vereador Arselino Tatto? Eu vou então suspender por dois minutos para V. Exa. resolver esse problema técnico e já retorno a palavra.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Reabertos os trabalhos. Nobre Vereador Arselino Tatto está me ouvindo?

O SR. ARSELINO TATTO – Sim, Presidente. Boa tarde a todos e a todas. Quero me solidarizar com a Vereadora Cris Monteiro. Isso é inadmissível. E deixar bem claro que essa violência que o Governo do Estado está fazendo em privatizar Sabesp acaba criando problemas em pessoas que são despreparadas para discutir politicamente as questões sem entrar para o campo pessoal.

Sou totalmente contrário quando misturam política com questões pessoais, quando invadem o ser humano, extrapolam. Isso não é legal. Eu sou totalmente contrário a qualquer agressão.

Infelizmente, nós temos também que lembrar que, no governo passado, isso foi incentivado em nível nacional, o bolsonarismo implantou isso no país: ódio, misoginia, misturaram tudo. Então, os frutos que estamos colhendo hoje, infelizmente, são esses.

A minha solidariedade à Vereadora Cris. Continue firme. Eu sei que V.Exa. é de direita, é bolsonarista, deixou muito claro isso; mas nós temos que respeitar. Esse é o seu lado. Vamos respeitar e tudo bem. Eu sou do PT, e eu tenho que te respeitar, e vou te respeitar sempre. Então, a minha solidariedade à V.Exa.

Espero que, na segunda votação, V.Exa. vote contra a privatização, porque temos o caso da Enel como exemplo. O que aconteceu? Privatizaram, e hoje o povo sofre. E eu não tenho dúvida de que, privatizando a Sabesp, vão aumentar as contas, não vão resolver os problemas graves das nossas represas poluídas.

Nós temos que exigir que a Sabesp cumpra o seu papel e que o Governo do Estado também pare de falar muito e invista mais, leve o saneamento básico para a periferia da cidade de São Paulo, que está muito abandonada nesse período todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Encerrou a fala de V.Exa, ou o sinal caiu?

O SR. ARSELINO TATTO – Não, encerrei. Muito obrigado. Sou contra a privatização

da Sabesp e contra esse sistema bolsonarista de governar, que já provou que não deu certo e tem que ser derrotado agora, com essa privatização.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Registrada a manifestação de V.Exa.

Tem a palavra a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Sr. Presidente, estou vendo que os municípios vieram para a parte de baixo. Então eu cumprimento a presidência por essa decisão, junto ao Presidente da Câmara. Se quisermos garantir a democracia, não será isolando as pessoas, mas trazendo as pessoas para perto. Esse é um processo educativo e pedagógico do exercício da democracia.

Eu queria também me solidarizar com a Vereadora Cris Monteiro. Infelizmente, o ódio está presente nas redes sociais, também está presente nas minhas redes sociais. E eu gostaria de ler somente três comentários que eu recebi ontem, por conta do posicionamento em relação à Sabesp.

“O Bolsonaro tem que socar um processo nos corpos desta mulher boca torta”. No caso, sou eu a mulher. “Olhe o desespero desse povo da esquerda vendo o cabide de emprego e da corrupção da Sabesp, e, sim, dos sindicatos: deixou a pessoa histérica. Privatização, sim”. Outro comentário: “Na boa, até a sua voz é irritante. Você nunca será reeleita, putinha da esquerda”.

Esse é o tipo de comentário que eu recebo nas minhas redes todos os dias, ataques de bolsonaristas, de pessoas que se dizem defensoras do Bolsonaro.

É uma reclamação da Vereadora Cris Monteiro, com a qual eu me solidarizo; mas eu também sofro ataques nas redes, não só agora, todos os dias. Eu nem tiro, deixo lá, para as pessoas que quiserem ver notem que esse ódio que existe nas redes sociais tem que ser combatido, sim. E nós vamos combater esse ódio nas redes sociais fazendo com que a nossa democracia seja ampliada cada vez mais.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Tendo em vista a manifestação de V.Exa., eu

também gostaria de externar a minha solidariedade. E reitero tudo que falei a respeito do uso indevido da democracia, porque baderna – excessos cometidos com xingamentos e palavras de baixo calão nas redes sociais – não é democracia. E a grande maioria acaba se escondendo atrás de um computador para desferir palavras e ofensas pessoais.

Quero registrar a presença do nobre Vereador Gilberto Nascimento.

Encerradas as inscrições.

Passo a chamar os inscritos presencialmente.

Com a palavra, a Sra. Fernanda Cabral, ativista pelo saneamento, do PSB-SP, por três minutos.

Fique à vontade, caso queira usar a tribuna.

Peço aos inscritos que obedeçam ao prazo de três minutos, por gentileza.

A SRA. FERNANDA CABRAL – Obrigada, Presidente.

Boa tarde a todos e a todas.

Estamos novamente discutindo uma pauta muito importante para toda a cidade. E a minha primeira fala quando estive neste plenário foi em direção da importância da água, da importância da empresa Sabesp para toda a população. E essa segunda fala que eu vou fazer agora é entendendo que já foi feita uma primeira votação, e o recado que as Vereadoras e os Vereadores deram à sociedade paulistana é maioria pela votação. Foram 36 votos ontem. Esse é o recado para a nossa sociedade. E como eu sou uma pessoa prática, uma munícipe prática, nós precisamos entender o que vamos fazer com isso a partir de agora.

Quero direcionar algumas colocações em relação ao próprio processo de privatização; que, a partir das minhas pesquisas, fui entendendo que foi por conta do novo marco do saneamento, justamente para criar um melhor ambiente de governança, que foi o argumento feito pelo Estado de São Paulo. E como sociedade, como população, queremos receber o melhor serviço, mas eu entendo que não temos como fazer isso de qualquer forma, de forma atropelada e apressada.

Vereador Sidney, eu acompanhei as audiências de estudos de comissões no ano

passado, procurei estar presente em quase todas elas, entendo o esforço feito para a maioria dos textos, mas nós, como sociedade, gostaríamos que houvesse um pouco mais de escuta, para que a democracia de fato se consolidasse.

E eu queria fazer uma pergunta ao Secretário.

Tem uma parte no projeto que diz que o fundo FMSAI sai de 13% para 20%, certo? É uma alteração. E não sei se é a maioria, mas na lei é dito que vai para as áreas de mananciais.

Eu queria saber, em se tratando de infraestrutura, como vamos fazer em relação aos córregos das periferias – especificamente, o Córrego Ajuá, que é o cruzamento pelo qual eu passo praticamente todos os dias, no City Jaraguá, de onde eu venho. Eu fico pensando como é que vamos fazer essa governança, como vamos fazer essa distribuição do orçamento chegar lá. Entendemos a priorização dos mananciais, é muito importante, mas também temos essa demanda dos córregos, que, inclusive, fazem divisa com as casas das pessoas – não apenas na Zona Noroeste; se formos para o Jardim Lapenna, para a zona Leste, tem uma demanda muito grave de casa, inclusive, de palafita. Essa é uma pergunta para o Secretário.

E para encerrar a minha fala, e não me delongar, eu queria, como mulher, prestar solidariedade à Vereadora Cris Monteiro.

Estamos aqui em prol da democracia. Somos munícipes de São Paulo, somos pessoas preocupadas com São Paulo. E é por isso que estamos aqui. Sou contrária ao processo de privatização, continuo contrária, mas quero construir uma São Paulo com todas e todos.

Agradeço à Vereadora Silvia por nos deixar descer e exercer o nosso direito de ocupar esse espaço. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. CRIS MONTEIRO – Muito obrigada pela solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Quero registrar a presença do Líder do Governo, nobre Vereador Fabio Riva.

O próximo inscrito é o Sr. Arlindo Amaro, munícipe do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde a todos.

Eu sou do Ipiranga.

Realmente temos que respeitar o ser humano, discussão política não é desacatar pessoas, tanto aqui no próprio plenário como nas redes sociais. A pessoa que não tem argumento, não sabe discutir política, e parte para agressão. É o tipo de pessoa não faz parte de um estado democrático. Queremos que todos discutam, falem o que precisa ser feito, mas sem ofender as outras pessoas em seu direito de ser a favor ou contra.

A cidade de São Paulo, hoje, tem em torno de 1.300 km de córregos e rios todos poluídos. Todos. Você vê alguém da Sabesp trabalhando na rua, num pequeno serviço, e, em média, 15 pessoas trabalhando, o que é um certo exagero. Não tem saneamento básico na cidade de São Paulo. E o governo, de modo geral, seja quem for, não tem capacidade para administrar a empresa. Nós vemos sérios problemas que aconteceram, de modo geral, no Brasil e em São Paulo. Em Parelheiros, nas beiradas da represa, as pessoas morando em palafitas e sujando toda a represa porque não tem esgoto tratado. A Prefeitura e o governo não têm capacidade de administrar empresa. Ora, isso tem que ser privatizado. O dono de uma empresa cuida diretamente da sua empresa, e o governo, em si, não tem capacidade para isso. Tem muito pouca capacidade para fiscalizar, mas não para estar junto. É como eu falei, e repito: numa obra pequena são 15 pessoas trabalhando, 5 pessoas de capacete branco, para se fazer a emenda de um tubo. É um desgaste, um custo altíssimo que pagamos – 100 reais de água e 100 reais de esgoto não tratado.

Hoje, a maioria dos córregos da periferia é canalizada. Isso é uma vergonha. Na questão ambiental, se você for à Represa Guarapiranga, no alto da Cantareira, gente, é puro esgoto, ninguém trata. Rio Pinheiros, Rio Tamanduateí, Rio Tietê. O custo da Sabesp é muito alto para o estado.

Nós temos que repensar, analisar e discutir mesmo, mas sem ofendermos ninguém. É tão chato você vir aqui, ou você estar falando, tem outra pessoa falando mal do outro; o protesto; tem gente que vem aqui e nem sabe o porquê: é aquele camarada que é puxado pela cordinha e solto. O que você vem fazer aqui? “Não sei, mandaram eu vir”.

Um abraço, boa sorte.

Vamos discutir o que é bom para nós. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado.

Próxima oradora, de forma virtual, é a Sra. Clareana Cunha. (Pausa) Não está? A próxima oradora, de forma virtual, é a Sra. Ana Paula Lima.

Sra. Ana Paula, estamos ouvindo. A senhora está com a palavra por três minutos.

A SRA. ANA PAULA LIMA - Muito obrigada.

Eu gostaria, também, de me dirigir à Vereadora Cris Monteiro, que iniciou, que nos apresentou os agravos que ela citou, e eu já a encontrei em outros lugares, Vereadora Cris, e realmente eu via uma Vereadora com outro comportamento, acho que, ontem, o seu comportamento foi bem decepcionante para mim, como munícipe, como você se dirigiu às pessoas e, infelizmente, o ódio acaba também gerando ódio.

Infelizmente, hoje nós estamos nesse momento muito complicado, e eu gostaria de dizer que o que a senhora sofreu não tem justificativa, mas que o ódio que a senhora também proferiu, ontem, acaba inflamando comportamentos que ninguém, eu acho, quer que continue prevalecendo na nossa sociedade.

Quanto ao tema da presente audiência, eu gostaria de fazer algumas perguntas. A primeira porque eu não entendi. Eu ouvi a apresentação do Chucre, e algumas coisas a gente não consegue entender mesmo, mas uma dúvida para mim é: por que é que o ano de 2029 vai de 13% para 20% o aumento de investimento até 2029? Por que esse ano de 2029 foi o ano escolhido o período de aumento de investimento? Visto que, pelos dados da Trata Brasil de saneamento, nós estamos com 99% do indicador de atendimento total de água: 97,31% de atendimento total de esgoto; 73,08% de tratamento total de esgoto. Um é atendimento e o outro é o tratamento. Nós estamos com 73%. Eu acho que o objetivo é os 99% para a gente seguir o Marco do Saneamento Básico.

Então, eu acho que falta muito pouco para a gente chegar nesse nível de indicadores que precisa ter. Eu acho que o que a gente gostaria que vocês fizessem é... - gente, eu não estou vendo o tempo, são três minutos, mas eu não estou vendo o contador para conseguir me

direcionar.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Faltam dez segundos.

A SRA. ANA PAULA LIMA - Nossa, então tá.

Essa é a dúvida sobre esse ano de 2029, depois que acontecer isso, porque para mim uma empresa só sobrevive se ela diminui custo e aumenta o seu lucro. É assim que uma empresa funciona. Então, eu quero saber: depois de 2029, o que é que vai acontecer? Já que tudo vai acontecer, as melhorias, os investimentos, os aumentos de transpasse, acordos do precatório. O que é que vai acontecer, depois de 2029, para o sistema de São Paulo, caso o convênio seja feito?

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado pela participação.

Eu quero registrar a presença da Dra. Taissa Nunes Vieira Pinheiro, Defensora Pública do Estado, do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo.

O próximo orador, de forma presencial, é a Sra. Francisca Adalgisa da Silva, representando a Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp.

Com a palavra, a Sra. Francisca, por três minutos.

A SRA. FRANCISCA ADALGISA DA SILVA - Boa tarde a todos e todas, os presentes e os virtuais; boa tarde à Mesa.

Primeiro, eu quero fazer, na verdade, uma solicitação: eu quero entender por que é que esses eventos estão acontecendo. Foi publicado, primeiro, um conjunto de datas; depois, os horários foram alterados. Neste horário é para acontecer isso mesmo: casa vazia, porque é um horário em que a população está trabalhando ou estudando. Eu estou aqui porque estou em férias. Se eu não tivesse em férias, não conseguiria participar.

Então, eu faço um apelo a esta Casa que promova esses eventos em um horário em que a população possa participar. Porque, em horário em que a população não pode, a não ser que esteja desempregada, e quem está desempregado está correndo atrás da vida, ou esteja em férias, como é o meu caso.

Outra questão é saber quais são os indicadores que foram colocados ou são pensados, para a gente garantir que, ao final do contrato de 2060, o município não esteja tão endividado quanto hoje, porque o contrato de hoje prevê que, em 2040 todos os ativos sejam amortizados, ou seja, em 2040, São Paulo poderia pegar os seus ativos e fazer o que lhe conviesse. Poderia licitar com valores bilionários ou poderia, simplesmente, abrir uma nova companhia sem nenhum tipo de encargo ou de dívida adicional.

Agora, o que o município está fazendo é abrindo mão da sua autonomia e dessa possibilidade em troca de uma dívida eterna.

Então, eu gostaria de saber quais são os indicadores que garantam que, ao chegar em 2060, o município não vai estar tão endividado quanto hoje ou mais, com relação à Sabesp. E, também, com relação à dívida que a Sabesp tem com o município: quais foram as tratativas para que ela desaparecesse e não fosse discutida, negociada?

Também tenho outra questão que eu gostaria de entender. Quais são os indicadores de manutenção? Quem vai garantir que, em 2060, todo o ativo instalado no município não vai estar totalmente depredado, desgastado, com problema e vai ser devolvido para o município só a sucata, sem nenhum indicador de manutenção, sem indicador de renovação de ativos que garanta que, em 2060, este município não vai receber sucata com incapacidade operacional, como a exemplo do que acontece hoje com o setor elétrico, que não investe em manutenção, volta e meia a população está aí, 2, 3, 4, 5 dias sem energia elétrica. Por quê? Porque não tem investimento em manutenção. Quais são os indicadores de qualidade de manutenção dos sistemas para evitar o sucateamento, a superexploração e, no final, ser devolvido para a população só uma bagaça, em que o município vai ter que investir tudo de novo, sendo que o município já está abrindo mão de uma fortuna ao conceder, ao assinar esse contrato.

Ontem, o que aconteceu nesta Casa foi uma afronta à população de São Paulo, uma afronta absoluta, foi uma prova inegável de que, hoje, os nossos Vereadores - não todos, porque nós temos aqueles que votaram contra - não estão trabalhando pela sociedade, eles não estão preocupados com o bem-estar do município, não estão preocupados com a saúde da população.

Estão preocupados, sim, com os interesses pessoais e não, com os interesses coletivos.

Então, faço valer aqui e espero que a população ouça e decore o nome daqueles que entregaram o maior patrimônio da cidade para o capital privado e que não reeleja essas pessoas, que têm um pouco mais de sobriedade na hora de votar e entender quem realmente luta pela população.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado.

O próximo orador é o Sr. Amauri Pollachi.

O SR. AMAURI POLLACHI - Boa tarde a todos e a todas, Presidente Sidney Cruz, a quem pela terceira vez nos dirigimos; Secretário Fernando Chucre, Vereadora Sílvia da Bancada Feminista, grande guerreira na luta contra a privatização do Sabesp.

Venho aqui, Presidente, trazer uma proposta objetiva, uma proposta objetiva para o projeto de lei que está em análise, e que ontem teve seu substitutivo aprovado em primeira votação. Antes de apresentar essa proposta, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que a Câmara Municipal de São Paulo não discrimine os paulistanos e paulistanas, porque esteve aqui agora a Fernanda, que me antecedeu na fala, veio do Jaraguá. Por que não são feitas audiências na zona Norte de São Paulo? Por que não se faz audiência na zona Leste, local com 4 milhões de pessoas? Por que discriminar a Brasilândia? Por que discriminar o Jaraguá, o Butantã? Por que discriminar Ermelino Matarazzo, São Miguel, Tatuapé? Por que não fazer audiências nessas regiões? Vereador Sidney Cruz, eu o tenho em conta como um democrata, não é possível segregar a população paulistana dessa forma, e dessa forma estamos aqui, como já foi dito antes, com o plenário vazio.

Mas eu queria aproveitar esse minuto e meio que me resta para colocar algo bem objetivo: os Vereadores e o Prefeito de São Paulo incorrerão em crime de responsabilidade se não adotarem uma emenda que possa preservar os interesses da cidade de São Paulo, com relação ao endividamento. Vereador Sidney Cruz, essa emenda é absolutamente necessária. Por quê? Porque como foi colocado no próprio relatório do Tribunal de Contas, que foi

encaminhado à Presidência desta Casa - que inclusive foi analisado pela comissão especial, eu tenho conhecimento - esse relatório coloca claramente que a questão da amortização dos investimentos merece uma análise mais aprofundada, notadamente diante da minuta, do anexo técnico do contrato de concessão. O contrato atual prevê a amortização integral dos investimentos, no decorrer da execução do ajuste. Ou seja, pelo contrato vigente, em 2040, a Prefeitura e o município de São Paulo estarão quites com a Sabesp, não terão de pagar nenhuma indenização. No entanto, aquilo que aqui está sendo analisado deixa em aberto essa possibilidade, inclusive pela Lei de Concessões em seu Art. 36. Isso significará, Vereador Sidney Cruz, Vereadora Silvia, Secretário Chucre, que o Município poderá, em 2060, que é o prazo que se estima se coloque como prazo do novo contrato de concessão, a cidade de São Paulo poderá arcar com uma dívida a ser paga, como indenização à concessionária privada, da ordem de bilhões de reais.

Então é estranho, porque o projeto de lei que está em análise colocou em seu Art. 8º, hoje, o projeto de lei revoga os artigos 1º ao 5º da lei vigente. E vários, são 11 itens que estavam nesses artigos – nos Art. 1º ao 5º - que migraram para o projeto de lei que está em análise, a tarifa social, o FMSAI, o valor de investimentos, o uso racional da água, até o uso racional da água migrou. Por que não migrou a amortização de investimentos? Zero, é o único item que estava nos artigos 1º ao 5º que não migrou. Qual o interesse em não migrar esse item? Será que o Prefeito de São Paulo quer que o município de São Paulo esteja endividado daqui a 36 anos, com uma dívida impagável? Foi o único dispositivo que não migrou. É claro, se isso não estiver no projeto de lei, será objeto de crime de responsabilidade do Sr. Prefeito.

Então eu creio que a base governista não deve colocar o Prefeito nesse cadafalso de crime de responsabilidade, por conta de estranhamente não trazer, não ter trazido esse único dispositivo. Eu espero que tenha sido um lapso na redação do projeto.

Apenas isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado pela contribuição, Sr. Amauri.

Próximo inscrito, Sr. Airton Silva Massari, do sindicato Sintaema. Tem a palavra por

três minutos. Só peço novamente, por gentileza, para os oradores respeitarem o tempo regimental de três minutos. Muito obrigado.

O SR. AIRTON SILVA MASSARI - Pessoal, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Só um minuto, por gentileza. Eu quero registrar a presença do nobre Vereador Rodrigo Goulart, que acompanha a audiência pública de forma virtual. Com a palavra, Sr. Airtton.

O SR. AIRTON SILVA MASSARI - Bom, estou equacionando para tentar entender. Eu queria entender que rumo esta Casa está tomando, que rumo este Legislativo está tomando. Eu me preparei para fazer esta fala aqui a partir das 17 horas, vejam que horas são, não sei por que começou antes.

Não entendo também por que houve votação entre a primeira e a segunda sessão. É de causar estranhamento. Já que é uma Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, talvez seja redundância o que estou falando, mas eu gostaria de ressaltar. O mecanismo de audiência pública está previsto no capítulo IV do Estatuto das Cidades e, pelo menos, desde 2001, a prática é exatamente tentar nos driblar com agendas, com horários, com exigências, com inscrições, não inscrições. E essa deselegância de se saber quem é contra quem é a favor, em horários que não contemplam o trabalhador, não contempla quem votou em vocês, não contempla quem tem de trabalhar para pagar IPTU, que acho, minimamente, é com ele que esta Casa é mantida. Então, numa plenária esvaziada, a audiência é para quem quer ouvir quem, e qual é o objetivo?

Para encerrar, essa prática que o Amauri, meu colega sabespiano, colocou, minimamente o que deveríamos observar é o critério regional das coisas. O saneamento, enquanto serviço é o que caracteriza o urbanismo. Os outros são: coleta de lixo, vias públicas, comunicação e tal. O saneamento se dá em todo município, com peculiaridades em Parelheiros, é uma coisa; na zona Oeste, temos uma dificuldade hídrica mais acentuada, é outra coisa; lá na região do Alto do Cantareira, é outra coisa, e não está sendo observada essa questão.

Para encerrar, um serviço que se tentou privatizar e foi público, e voltou a ser público, em capitais com as maiores diferenças topográficas, inclusive, como La Paz, que está a 3.600

metros de altitude, como em Paris, ao redor do Rio Sena; ou em Buenos Aires, em que você enxerga lá de cima, parece um tabuleiro de tão reto, pergunto: uma coisa dada como etapa vencida no mundo inteiro, por que vocês estão batendo o pé aqui e agora? Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado pela participação.

Antes de chamar o próximo orador, que é o Sr. Cid Barbosa Lima Júnior, da Associação dos Especialistas em Saneamento, que terá a palavra por três minutos, eu quero registrar a presença de 15 alunos, de 10 a 15 anos, da Associação Projeto Estephan Junio Gonçalves, Projeto Social Juninho, que estão acompanhados das professoras Mônica Meire, Mônica Belo e Rosiane Rodrigues. Eu gostaria de pedir uma salva de palmas. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. (Palmas) Espero que no futuro vocês possam fazer parte deste corpo legislativo.

Passo a palavra ao próximo orador por três minutos.

O SR. CID BARBOSA LIMA JR. - Boa tarde, Vereador que preside a Mesa, Sr. Sidney. Boa tarde, Vereadoras, Vereadores presentes. Boa tarde, senhoras, senhores e rapazes e moças que estão lá em cima.

Gente, eu me assusto quando venho aqui para uma audiência pública e lamentavelmente o que eu vejo... Primeiro que nos colocaram no poleiro. Fomos salvos pela Vereadora Silvia, que está presente, que a sua intervenção permitiu que nós descêssemos ao plenário 1º de Maio. Quero lembrar que, entrando no *síte* da Câmara, o convite era para o Plenário 1º de Maio. Eu até me confundi, porque eu fui ao plenário Tiradentes. Fazia tempo que eu não vinha, além de segunda-feira que eu estive aqui, mas fazia tempo que eu não vinha aqui na Câmara.

Agora vou ser bem objetivo. Nós precisamos, sinceramente, o número de pessoas, é bem verdade que é altamente de qualidade, mas nós estamos com poucas pessoas aqui. Isso não é efetivamente uma audiência pública. Eu lamento profundamente. Eu sou da época... Quando eu fui Administrador Regional da Prefeita Luiza Erundina, nós fazíamos plenárias enormes, isso por Administração Regional.

E aliás, ficam as minhas perguntas para os Vereadores que estão *on-line*, para a Vereadora que está *on-line* também, que não era... A Vereadora parecia que estava adorando o bezerro de ouro outro dia aí, o lucro, o lucro, o lucro. Eu fiquei assustado, mas tudo bem, não é essa a questão que eu estou colocando agora.

Eu coloco a questão seguinte: que nós precisamos fazer, pelo menos, uma audiência pública com alto chamamento em cada unidade da Prefeitura, em cada subprefeitura que nós temos. Isso que é fazer realmente audiência pública. O resto é audiência pública, desculpa, para inglês ver.

Eu até já vi em primeira votação, que aliás me surpreende também... É outra pergunta que eu faço: como fazer uma votação sem ouvir o povo da cidade de São Paulo, numa Câmara Municipal? Eu me assustei ontem, eu falei: Mas como? Não terminaram as audiências públicas. Que, aliás, estão esvaziadas. Olha aí, poucas pessoas. Ainda bem que veio uma escola aqui. Parabênzo o professor, o diretor da escola, que teve essa iniciativa. Mas, olha, lamentavelmente nós não conseguimos aglutinar a gente.

E eu não vejo também respostas adequadas para os questionamentos do Tribunal de Contas do Município, eu não vejo respostas adequadas...

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Concluindo, Sr. Cid, por gentileza.

O SR. CID BARBOSA LIMA JR.— Para concluir, eu quero dizer o seguinte: por que uma empresa que dá um lucro de três bilhões e 400 milhões no ano, no último ano, por exemplo, vai ser privatizada? Qual o interesse? Vai ter lucro maior? Dificilmente. É somente interesses particulares do Sr. Governador, ou ideológicos do Sr. Governador, com vistas a uma carreira meteórica. E a pressa da Câmara também mostra isso, que é muito meteórica, até fazendo votações em primeiro turno, sem ouvir o povo.

Lamento, Sr. Vereador que preside essa Mesa. Quero fazer meus protestos contra essa fraqueza de audiência pública, realmente muito fraca. Lamento dizer isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado pela participação. Registrada

a fala do senhor e os protestos também.

O próximo orador é o Sr. Walter Gilberto Sózio, representando a Universidade Presbiteriana Mackenzie, é isso? O senhor tem a palavra por três minutos.

O SR. WALTER GILBERTO SÓZIO - Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente.

Aqui a gente está representando a democracia, e eu presenciei diversos questionamentos da sociedade civil, principalmente. E, bom, eu sinto muita carência de respostas. O meu colega falou agora há pouco que sente carência de respostas do próprio TCM. Bom, se o TCM pergunta e a Casa não responde, a quem a Casa responde? A quem a Casa responde? Então eu vim aqui, basicamente, deixar esse questionamento. Será que realmente existe democracia? Será que tem democracia? (Palmas) Porque a gente pergunta e ninguém responde. Até quando a gente vai ficar assim?

Aí a Vereadora Cris Monteiro... Eu sinto muito pela dor da senhora, só que assim: a senhora entende que é a última instância? Ofender foi a última instância que a pessoa tinha. A pessoa quer resposta, a pessoa quer atenção. O munícipe não tem a mínima atenção, a mínima atenção. Nós precisamos que a Vereadora Silvia pedisse para que nós pudéssemos estar aqui. Vocês querem distância do povo. Não é à toa que a Casa vem tendo cada vez mais renovação. E aí nós vemos a senhora com cara de deboche, Vereadora. Por favor!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. WALTER GILBERTO SÓZIO - Não tem outra. Algum Vereador tem outra? Algum Vereador tem outra? Sinto muito, Vereadores, mas vocês, vocês nos dão vergonha, vocês nos dão vergonha, Vereador, com a devida vênia...

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Eu só peço, por gentileza, com a devida vênia...

O SR. WALTER GILBERTO SÓZIO - ..., mas é o que a população tem. A população não se sente representada efetivamente, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Eu peço que o senhor respeite esta Casa, com a devida vênia.

O SR. WALTER GILBERTO SÓZIO - Eu respeito, tenho todo o respeito. Inclusive o senhor faz parte do mesmo partido que eu, momentaneamente, então, assim, eu tenho todo o respeito pelo senhor e a todos desta Casa. Só que isso é o que nós vemos hoje, Vereador, os Vereadores não nos representam. Eu sinto muito.

Essa era a minha fala. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Muito obrigado. Eu só gostaria de aproveitar e fazer um repúdio com relação à parte da fala de V.Exa. A ofensa não pode estar no cardápio e está, infelizmente. Eu estou dizendo que quando o senhor falou que era a única alternativa que tinha, a pessoa que ofendeu a Vereadora Cris, era ofendê-la, o senhor me desculpa. Quando eu ouço isso de um jovem e vejo ele sendo aplaudido, eu tenho minhas dúvidas de que rumo que essa sociedade está tomando. Eu sou um democrata e o respeito tem que ser condição *sine qua non*, o respeito é condição *sine qua non* para uma sociedade que respeita a tão sagrada democracia e o Estado Democrático de Direito. Eu gostaria de deixar consignado esse ponto.

A SRA. CRIS MONTEIRO - Pela ordem, Presidente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - O senhor já teve a palavra por três minutos, o senhor não tem mais a palavra, porque o senhor já falou por três minutos.

A SRA. CRIS MONTEIRO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) - Fazer indagações é do debate. O Secretário está aqui, no final o senhor vai ouvir. Agora, o senhor usar a tribuna desta Casa e falar que a ofensa faz parte do cardápio e era a única alternativa que aquela pessoa tinha contra um Vereador, o senhor me desculpa, eu não posso aceitar isso, eu não posso aceitar isso.

Eu defendo a democracia, eu defendo o Estado Democrático de Direito, eu defendo os direitos individuais. Aqui é uma Casa de debate. Você quer vir aqui e colocar seu posicionamento de forma clara, favorável ou contrário, é este o cerne da política. Agora usar a tribuna desta Casa para dizer que a ofensa faz parte do cardápio, contra uma vereadora, você me desculpe, você me desculpe. Eu aprendo a cada dia nesta Casa e na sociedade. O senhor é

jovem, o senhor também tem tempo para aprender.

Eu quero registrar a presença do nobre Vereador João Ananias.

Com a palavra a nobre Vereadora Cris Monteiro, do Novo.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria, primeiro, de agradecer muito o repúdio que o senhor teve com relação a essa fala absolutamente inominável desse senhor. Dizer que esse é último recurso, ofender as pessoas, é no mínimo ofender toda a sociedade paulistana.

Eu sou uma mulher careca, eu tenho uma condição autoimune, essa é uma doença que eu tenho, e ser chamada pelas pessoas que simplesmente discordam da minha opinião, me ofender desse jeito, capacitistamente, é um verdadeiro absurdo. E permitir que o senhor suba nessa tribuna para me ofender mais uma vez, o senhor me ofende mais de uma vez, duas vezes, é lamentável.

Um outro senhor também aí disse que eu estava adorando um bezerro de ouro. Teve uma pessoa aí que manifestou, enfim, me defendeu, mas ao mesmo tempo falou que mais, não tem mais nem menos. São ofensas absurdas.

Eu não li metade das coisas horríveis, inclusive, com palavras de baixo calão, que não quero repetir, lamento profundamente. Lamento muito que as pessoas saiam de suas casas e vão à tribuna da Câmara Municipal justificar as ofensas.

Podem discordar de mim, sim. Discordem de mim de forma civilizada, discordem de mim, conversem comigo, perguntem a minha opinião, mas eu não tolero esse tipo de ofensa. Eu quero muito agradecer ao Presidente deste momento, o Vereador Sidney Cruz, que saiu em minha defesa. Muito obrigada. A gente precisa de aliados.

Ocorreu esse fato porque sou uma mulher branca, mas quero saber se fosse uma mulher preta, se fosse uma pessoa periférica, se vocês estariam fazendo isso. Esse é um preconceito comigo, preconceito de uma mulher que saiu da periferia, filha de empregada doméstica e com a força do meu trabalho conquistei uma série de coisas. Vocês olham para mim como uma pessoa rica, como uma pessoa que não tem valor. Muito pelo contrário. É

lamentável estar sentada aqui nessa audiência pública e ouvir esse tipo de ofensa.

O senhor me ofendeu mais de uma vez quando repete que esse é o cardápio e que é a última instância. Absolutamente. A última instância é o diálogo. A última instância é a conversa. Ofensas, não. Eu duvido que isso fosse tolerado com uma pessoa preta periférica. Se fosse uma pessoa preta periférica, se o senhor fosse fazer esse tipo de comentário. É absolutamente lamentável que o senhor entre nesta Casa do Povo e me ofenda desse jeito.

Sobre esse tipo de ofensa, sugiro que o senhor volte para a sua casa, lave o seu rosto e pense muito bem no que falou nesta tribuna.

Sr. Presidente, vou me retirar porque eu não estou aqui para ser ofendida de novo. Muito obrigada a todos. Boa audiência pública.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Com a palavra o próximo orador, o Sr. Gabriel de Medeiros, munícipe. O senhor tem a palavra, por três minutos.

O SR. GABRIEL DE MEDEIROS - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de começar cumprimentando, especialmente, a Vereadora Silvia. Se não fosse por ela, a gente não poderia sequer estar aqui participando desta sessão.

O Vereador João Ananias, também um dos presentes, eu vejo realmente que ele está aqui para defender os interesses do povo, não da iniciativa privada. E lamento que o Vereador Rubinho Nunes tentou nos excluir desta sessão e sequer está presente.

Mas, até para ser econômico no tempo, a gente não vai poder desviar muito do assunto. Eu vivi para ver o Partido Novo falar de violência política de gênero, infelizmente.

Então, eu gostaria de entender por que a votação em primeira fase desse projeto ocorreu ontem, antes das audiências públicas serem encerradas, já que o propósito de uma audiência pública é justamente para que os Vereadores possam ouvir a população?

O recado que os senhores dão à população, ao votar um projeto antes de concluir as audiências públicas, é o de que os senhores não escutam a população, ou seja, os senhores fingem que escutam a população. Eu acho lamentável essa postura por parte da Câmara

Municipal. Gostaria de registrar isso.

A maioria da população da cidade de São Paulo é contra a privatização da Sabesp, por ser uma empresa pública, lucrativa. Nenhum dos argumentos que os senhores apresentaram até aqui me convenceram de que privatizar o direito à água do povo paulistano é verdadeiramente uma boa saída.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, Sr. Gabriel. O próximo e último orador, de forma virtual, é o Sr. Lucas Robles Pinheiro. Não, tem mais, presenciais. O próximo orador, de forma presencial, Rodrigo Dourado, munícipe. O senhor tem a palavra, por três minutos.

O SR. RODRIGO DOURADO - Boa tarde. Lamento que as crianças tenham saído agora, porque eu justamente reformulei a minha pergunta, a minha questão, pensando nelas e no futuro. Eu cheguei cheio de dúvidas, agora estou com mais dúvidas. Alguns fatos são inegáveis como a velocidade e a necessidade de votar tudo rápido, não ouvir, não dialogar. Isso tudo é bastante triste.

Tudo já foi dito aqui. Por que a gente vai privatizar algo que é um bem tão necessário para todos nós? Todo mundo que está aqui sabe a importância da água. Não é algo debatido para concluir se é plano ou se é redondo. Todo mundo é unânime nas respostas e nas questões. Não entra na minha cabeça. Queria entender melhor. Vejo que não vou entender. Esse diálogo não vai acontecer.

Agora fico pensando se a ideia é privatizar, se a empresa que vai conseguir isso vai pensar no lucro, que já existe. Pensando no lucro, vamos entrar em um problema enorme que já está acontecendo diariamente, que são as zoonoses, por exemplo.

Se não estão pensando em nada do que está rolando até agora, imagina o problema com os animais o que vai acontecer. Afinal de contas, a água é vida para todos os seres vivos. Então, com todas essas dúvidas que eu chego aqui, vejo que não existe interesse de serem esclarecidas.

Eu saio deixando mais uma questão para sensibilizar quem está presente, quem está prestando atenção e quem, de fato, se importa. É uma provocação do bem, que não tem essa divisão de lados.

Todos nós somos feitos de água, precisamos de água. Por que a gente vai abrir mão desse recurso nosso tão importante? De coração, eu gostaria de sensibilizar as pessoas neste lugar, porque eu acho que está faltando empatia, basicamente.

Eu fico até, de coração, sem palavras, porque como é que eu poderia explicar para as crianças que são o futuro? Vejam o que estão prevendo para o futuro de vocês. Infelizmente, elas foram embora. Acho até que seja bom, porque vejam o exemplo que nós damos para elas. Enfim, é essa provocação do bem que eu gostaria de sensibilizar todos.

Pensar de verdade. Eu sei que estão com pressa, mas com pressa a gente não toma as melhores decisões. Sejam empáticos e sensíveis às causas necessárias, humanas e animais, todas elas.

Obrigado. Lamento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado, Sr. Rodrigo, pela manifestação e pela contribuição. O próximo orador é o Sr. José Antonio Faggian, representante do sindicato Sintaema. V. Sa. tem a palavra, por três minutos.

O SR. JOSÉ ANTONIO FAGGIAN - Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa, os Vereadores, o Secretário, as pessoas presentes.

Embora as crianças tenham saído, quero primeiro parabenizar a Vereadora Silvia, mais uma vez, por estar certa, e parabenizar o Presidente da Mesa por ter concedido que as pessoas descessem aqui, porque eles sairiam daqui com um péssimo exemplo do que se diz respeito à democracia.

Quero concordar com as pessoas que disseram que essa forma de atacar nas redes ou em qualquer lugar é péssima, deve ser rejeitada, seja pela esquerda ou seja pela direita. Eu estou dizendo isso justamente para justificar o que eu vou dizer na sequência, porque eu quero concordar com o Vereador Sidney, quando ele diz que o respeito é necessário.

Mas, infelizmente, Vereador, a gente tem visto lá na Alesp, por parte dos Deputados e na Câmara, por parte de alguns Vereadores, que não é bem assim. Inclusive, os Vereadores não precisam ter medo do povo, porque o povo só reage quando é provocado.

Infelizmente, o que a gente viu ontem, por parte de quem presidia a mesa e que deveria ter a postura que o senhor sempre tem - que eu louvo - era o maior provocador e que causou aquilo. Também quero registrar que ontem foi um *show* de horrores no que diz respeito ao tratamento.

Enquanto um sindicalista negro trabalhador foi tratado a pontapé, o branquinho da elite que subiu lá, fez provocações com aquele *modus operandi* que irrita todo mundo, que ofendeu todo mundo e a população, foi tratado de maneira muito diferente para não usar um termo mais pesado.

Quero registrar o fato, e dizer que a gente só reage quando é provocado, também que o respeito tem que prevalecer, mas tem que ser de ambas as partes.

Dito isso, eu quero dizer que a Sabesp, hoje, está caminhando para 10 mil trabalhadores, porque nós estamos passando por um PDI.

Um dos motivos da Enel estar com o desempenho deficiente é porque há um déficit, devido terem sido demitidos trabalhadores numa quantidade imensa. Hoje, os que permaneceram, não conseguem dar conta de responder às necessidades.

E, quando eu entrei na Sabesp, a gente chegou a ter 24 mil trabalhadores e hoje temos 10, uma... Atendendo quatro vezes o número da população. Então, a Sabesp, no que diz respeito a isso, é uma empresa altamente eficiente. Então, dizer que a Sabesp tem muito trabalhador é desconhecer a realidade da empresa. Dizer que a Sabesp tira dinheiro do estado também é desconhecer, porque a Sabesp é uma empresa lucrativa que, nos últimos anos, tem dado uma média de 500 milhões de reais para os cofres do estado, que é o maior acionista.

E, para encerrar minha fala, eu quero dizer o seguinte: nós já trouxemos todos os argumentos econômicos, técnicos, mostrando que é um crime privatizar a Sabesp, que é um péssimo negócio para o povo da cidade de São Paulo, que coloca, inclusive, em risco a saúde

da população de São Paulo, mas eu gastei o meu tempo, aqui, falando de outras coisas e trazendo poucos dados, porque a decisão de privatizar a Sabesp não é técnica. A decisão de privatizar a Sabesp... Ela é ideológica. O Governo do Estado resolveu atender a seus parceiros, uma meia dúzia que vai ter muito lucro com a Sabesp, e não adianta a gente vir aqui. Nós estamos há dois anos trazendo números, argumentos e mostrando isso e nós sabemos que nós não vamos convencer.

Então, eu acho que este espaço, aqui, a gente tem que usar é para denunciar o crime que é contra o povo de São Paulo privatizar a Sabesp e dizer para esta Casa que nós vamos levar para a periferia, para o eleitorado, e mostrar quem votou contra o interesse do povo de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Concluindo, Faggian, por gentileza...

O SR. JOSÉ ANTONIO FAGGIAN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – De nada. Próxima e última oradora, de forma presencial, é a Dra. Taissa Nunes Vieira Pinheiro, Defensora Pública, aqui, do estado de São Paulo. Doutora, a senhora tem a palavra por três minutos.

A SRA. TAISSA NUNES VIEIRA PINHEIRO – Boa tarde a todos, a todas. Eu sou Taissa. Sou Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, e venho aqui, hoje, na condição de falar um pouco sobre a preservação dos interesses das pessoas vulneráveis. Isso é um ponto que me parece muito importante e que, se a gente deixar de lado, corre o risco de que a privatização aconteça da pior forma possível.

Então, é absolutamente legítimo todo o debate que está acontecendo a respeito da privatização da Sabesp, mas eu queria colocar luz, hoje, sobre um projeto de emenda que adveio ontem ao PL, do PSOL, no sentido de garantir alguns dos critérios da tarifa social, e esses critérios... Eles são absolutamente importantes, porque eles criam algumas condicionantes para adesão do município de São Paulo ao contrato, caso a privatização venha a acontecer. Então, parece-me que esse é um resguardo muito importante às pessoas vulneráveis e que, na verdade, para além da proposta que foi feita nesse projeto de lei, seria importante, no mínimo, manter os

critérios que hoje já existem pela regulamentação da Arsesp e a gente deveria estar aqui, pensando em ampliar esses critérios, em manter e ampliar esses critérios. A gente deveria estar aqui, pensando em tarifa zero para as pessoas que não podem pagar nada, porque a água é um direito humano. É um direito fundamental e é muito importante.

Então, eu queria ressaltar a importância de a gente ressaltar a possibilidade, a necessidade de que, subsidiariamente, se a privatização vier, que seja garantido esse mínimo, essas mínimas condicionantes, para não deixar a população vulnerável totalmente desamparada e garantir os programas mínimos existenciais, que, hoje, atualmente, estão vigentes.

Então, eu quero agradecer a possibilidade de presença, aqui. Quero agradecer o convite à Defensoria Pública e muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Eu, que agradeço, Doutora, pela participação, pela contribuição. Eu passo a palavra ao nobre Vereador João Ananias, do PT.

Em seguida, ao final...

O SR. JOÃO ANANIAS – Boa tarde. Queria falar, dar uma boa tarde, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Só um minuto... Ao final, Chucre, por gentileza, aí V.Exa. tira todas as dúvidas e apresenta a sua manifestação.

Com a palavra, o nobre Vereador João Ananias... Muito obrigado.

O SR. JOÃO ANANIAS – Eu queria cumprimentar aqui o nosso Presidente e, em nome dele, todos os representantes que já passaram por aqui, os sindicatos, a sociedade civil.

É importante, Presidente, que a gente possa... Todas as discussões dessas audiências públicas, as intervenções, os pedidos e as informações técnicas que foram faladas, que foram apresentadas, todo esse processo... Ela também possa ser colocada para votação, aqui, na Casa, mas, também, no projeto, não separadamente, porque, aí, você realmente tira o direito de inclusão das propostas que foram feitas por aqui. É importante que a gente faça isso porque tem muitas posições de pessoas que realmente conhecem a Sabesp, conhecem os problemas e as soluções da Sabesp, sejam incluídas nesse projeto, porque é importante que informações técnicas sejam, também, discutidas aqui, na Casa. Até hoje, não estão sendo

discutidas as posições técnicas. Está se discutindo, aqui, uma parte teórica que, na verdade, ninguém vai ficar sabendo, realmente, se vai ser implantada da forma que se está falando. É uma incógnita.

Queria dizer, também, que teve uma proposta do PT, ontem. Foi a emenda que nós fizemos, ontem, que seria o quê? Já que a proposta é melhorar, é diminuir a taxa social, que a nossa proposta da Bancada do PT e do PSOL seja incluída no projeto, para votar no contexto geral, não separadamente, para toda a sociedade que tem a taxa social. Seja garantido até o contrato final. Essa proposta que está aí e ontem foi votada em apartada... É claro que vai ser recusada, porque já está para todos dizer “não”. Por que não coloca, então, no projeto principal, para ser votado, que até o final deste contrato que está assinando hoje, da privatização, seja garantida a taxa social para todas aquelas pessoas a que já está, hoje, garantida? Seria muito importante que a gente colocasse essa emenda, aí, da Bancada do PT e da Bancada do PSOL, para servir como base para essa privatização – privatização, não, porque já houve a privatização, lá, na Alesp, não é? Hoje é o quê? É a aceitação da Prefeitura de São Paulo para integrar, lá, aceitar e não fazer uma empresa pública municipal.

Também, nós precisamos discutir que, quando a gente fala de uma sociedade que realmente precisa de água, nós estamos falando de uma sociedade, na cidade de São Paulo, onde 80% da população é pobre. Se 80% é pobre, como nós vamos tirar o direito de essa taxa ser realmente barata? Viu, Presidente? É importante que esteja ouvindo. Eu falei para o Rubinho e o Rubinho falou: “Mas, isso vai baratear.” Baratear é história. Eu sempre falei, ontem, aqui... Ele não gosta, mas eu vou brincar com ele, que é Pinóquio, não é? É um teatro, porque a gente falar que isso é mentira, porque a gente sabe que a população não vai... A gente viu a Enel.

E, ontem, eu vi, aqui, algumas pessoas falando que: “Ah, mas, a Sabesp é um cabide de emprego.” Mas, cabide de emprego de quem? Sempre foi a direita que governou o estado de São Paulo. Então, não é um cabide de emprego. Então, foi a direita que teve. Não fomos nós, aqui, da progressista. Então, é uma parte que não teve cabide de emprego – pelo menos, na parte do PT e eu acho que o PSOL também não teve. Então, é importante que a gente comece

a falar que não é cabide de emprego. Não é cabide de emprego.

Então, nós estamos falando, discutindo, aqui. Nós estamos aqui, brigando, hoje, é para a população mais carente ter o direito da água mais barata, o direito de você ter... Há umas comunidades, aí, que a gente sabe que vive de quê? Até a gente sabe que o famoso “gato”, que muitos vivem, lá... E eu tenho certeza de que o empresário não vai deixar essas pessoas ter mais água gratuitamente, como têm. O empresário gera lucro. Visa lucro.

E como nós vamos ter uma empresa que hoje tem uma represa Guarapiranga, a represa Billings, a represa Cantareira, tudo lá, já, prontas, e mais 12 milhões de relógios na sua casa, pronta para já receber a conta, dia 10? Quem é essa empresa, gente? Qual é a empresa que você compra que já vai ter um patrimônio de todo esse lucro no dia 10 de cada mês?

Então, é essa a discussão que nós precisamos fazer e precisamos incluir isso no projeto, porque, se não incluir o lucro que vai ter, não tem como ter a discussão e falar que nós vamos ter um desconto de três bilhões e eles se esqueceram de colocar na conta os processos que a Prefeitura tem, lá, e que vai receber.

Agora, é claro, ficam colocando, aí, hoje, que a Sabesp não presta um serviço legal? Claro, gente... É para sucatear, mesmo, para dizer que precisa ser vendida. Esse é o argumento. Está falando que a empresa, hoje, tem... Fica aí, trabalhando. Diz que tem um monte de defeito na rua, igual eu ouvi uma pessoa falando. Tem buraco na rua, mas nós já discutimos isso, não é? Que o buraco realmente é um defeito, mas é um defeito que é mínimo... Se for analisar, é mínimo, porque o restante já está aí, pronto. Nós temos relógio. Está tudo ok. Está tudo implantado. Já está tudo aí, já, para...

Mas, tenho certeza de que, após a eleição, essa conta vai aumentar e quem vai pagar a conta serão os pobres da cidade de São Paulo, porque nós sabemos que a corda sempre estoura para o lado mais fraco e nós sempre devemos defender a população mais carente da cidade de São Paulo. Tenho certeza de que muitos Vereadores estão votando, não porque querem, mas por pressão mesmo.

Precisamos continuar tentando reverter essa pressão, porque essa pressão é para a

população mais carente. A cidade de São Paulo, necessita realmente de parlamentares que olhem para os mais pobres, para aquelas pessoas que moram nas comunidades que precisam de água mais barata. Muito obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Obrigado, Vereador João Ananias. Passo a presidência dos trabalhos, ao Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador Rubinho Nunes. Tem a palavra Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA - Boa tarde. É um prazer ver todas essas pessoas presentes, sentadas no plenário. Eu queria começar falando sobre democracia. A democracia no nosso país não aconteceu de um dia para o outro e nem tampouco ela já existe plenamente pelo fato de ela ter sido conquistada após o processo tenebroso de Ditadura Civil-Militar que nós tivemos.

A democracia é uma luta constante e um alerta constante de nossa parte, porque os mecanismos democráticos não existem de pronto, eles têm que ser conquistados, ampliados e ser plenos. Por que eu estou começando falando sobre democracia? Porque o fato de ter as audiências públicas marcadas não quer dizer que o processo esteja sendo democrático. Eu estou questionando o processo de tramitação desse projeto realmente estar sendo antidemocrático até o presente momento.

Por quê? Porque teve uma votação antes mesmo da população ser ouvida através das audiências públicas. E não é porque está tendo audiência pública agora que a população também está sendo ouvida, porque a quantidade de audiências públicas e os horários das audiências públicas não são compatíveis para a maioria do povo trabalhador participar. E não é verdade que virtualmente é a mesma coisa de presencialmente, porque a maioria do nosso povo também não tem acesso à internet, a planos de internet para estar participando por cerca de duas horas de uma audiência pública.

Então vejam, falar que é democrático porque está tendo audiência, não basta. Nós temos que realmente lutar para que seja democrático de fato. E ser democrático de fato significa

ter audiências públicas nos territórios, porque até agora tem dois territórios marcados, um nesse próximo sábado e outro no dia 27, na zona Sul.

Eu requeri uma audiência pública em Heliópolis no dia 25. O Presidente concedeu, pelo qual eu agradeço, Sr. Presidente. O Presidente nesta questão foi democrático, me concedeu o pedido de audiência pública, então anotem aí, dia 25 vai ter uma audiência pública às 19 horas, o horário em que o povo trabalhador pode participar, provavelmente será no CEU Meninos, em Heliópolis, e vamos encher o CEU para ouvir a população.

Então, gente, a primeira coisa é que nós do PT e do PSOL - eu sou do PSOL, meu amigo ali é do PT – entramos, juntos, com um pedido judicial para que haja uma paralisação do processo por julgarmos ser antidemocráticos. E falando em democracia, 61% da população é contra a privatização da Sabesp. Por que a população chegou a essa conclusão? Por que a população, ideologicamente, ganha contra a privatização? Não. É porque a população teve uma experiência prática, em que as empresas privadas estão sendo ineficientes. O exemplo da Enel em São Paulo só prova que uma empresa privada que só pensa, não é que a Sabesp não dá lucro, a Sabesp dá lucro, mas ela não pensa só no lucro. É uma empresa lucrativa, sim, mas ela pensa o quê? No bem comum.

Agora, uma empresa privada, no caso da Enel, eu estive com o Presidente da Enel quando houve o apagão e perguntei: “O senhor vai ressarcir os munícipes que tiveram prejuízos, sejam os comerciantes, sejam as pessoas nas suas casas com a geladeira, com os freezers, totalmente sem condições”? Ele falou: “Não, não está no contrato”.

As pessoas, até agora, que tiveram prejuízos com a Enel não foram indenizadas. Mais uma coisa, eu perguntei para o Presidente da Enel: “O senhor vai contratar mais funcionários para que não tenha mais esse problema de poda de árvore”? Ele falou: “Não. Eu não posso contratar mais funcionários porque isso vai reduzir meu lucro”.

Então, as pessoas paulistanas são muito inteligentes porque elas perceberam que é uma furada privatizar a água da cidade. Perceberam como foi uma furada privatizar a energia elétrica. E é por isso que 61% é contra.

Então, no mínimo, no mínimo, uma Casa Legislativa que se diz representar o povo, deveria levar isso em consideração e votar contra a privatização. O que explica, se o povo paulistano é contra a Câmara Municipal votar a favor? Não explica. Só explica a vontade do Governador Tarcísio, que está com o problema no caixa do Estado de São Paulo, querendo fazer caixa, porque a Prefeitura de São Paulo não tem problema de caixa, mas o governo do Estado tem. Então ele está querendo fazer caixa com a privatização da Sabesp para encher o caixa do governo estadual.

E mais, pergunto diretamente para o Secretário Chucre. “A única vantagem”, que eu vi nos dados e nos adendos que você trouxe ao projeto, a única vantagem que eu vi, não foi a mudança de 13% para 20%, porque hoje a Sabesp já investe mais de 20% na cidade de São Paulo, nós vimos os números. Também não é mudança de 7,5% para 8%, porque é muito pouco, seria o adiantamento dos 3%. Mas eu pergunto, o adiantamento dos 3% representa cerca de um bilhão e trezentos milhões de reais. Um bilhão e trezentos milhões de reais a Prefeitura de São Paulo tem, nós temos 30 bilhões em caixa. Nós não precisamos privatizar a nossa água para poder resolver o problema das habitações irregulares, para poder resolver o problema da urbanização das favelas, para poder resolver o problema das unidades habitacionais lá na zona Sul, que não tem coleta e tratamento de esgoto. Nós não precisamos vender a água para resolver esse problema. A Prefeitura tem esse dinheiro, não precisa nem do dinheiro da Sabesp. Então isso aqui dos 3% não me convence que seja vantajoso para o município, pelo contrário, é lesar o município de São Paulo a entrar nessa furada da privatização.

Obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Vereadora Silvia.

Boa tarde a todos. Antes de passar a palavra ao Vereador Sidney Cruz, quero me desculpar e justificar o atraso, razão de agenda externa, cujo objetivo era que terminasse às 14h30, mas infelizmente se estendeu além do que devia, porém tenho certeza de que foi muito bem conduzido pelo Vereador Sidney Cruz, o qual passo a palavra neste momento.

O SR. SIDNEY CRUZ - Muito obrigado, nobre Presidente Rubinho Nunes. Eu fiz as

vezes do presidente da comissão, ouvi atentamente todas as manifestações. Eu defendo muito a participação popular. Eu não acredito na construção de políticas públicas de qualidade sem a participação popular e não uso somente como retórica. Tive a oportunidade de ter sido relator do orçamento em 2022-2023, com relação ao orçamento deste ano e propus na Comissão de Finanças e Orçamento a descentralização das audiências públicas. Fizemos além das 12 audiências públicas temáticas na Casa, realizamos também audiências públicas em todos os territórios. Porém, Sr. Cid, o senhor falou a respeito da falta da participação popular, que o senhor sente falta da época que o senhor estava à frente participando como gestor público também, fazendo as vezes do gestor público. Eu também sinto.

Nas audiências públicas que realizamos do orçamento desta cidade, no ano passado, nos territórios, aos sábados, para facilitar a participação, com ampla divulgação das audiências públicas, com todo o respeito, foi um fracasso. Poucas pessoas. A gente precisa fazer com que a população volte a entender a importância da política, a importância da participação. Nós precisamos de uma reestruturação na relação povo e políticos. Povo e política. Essa é a grande verdade. Agora, com relação ao tema Sabesp e privatização, eu vi que hoje tivemos manifestações técnicas importantes, contributivas para o projeto.

Eu acho, e venho defendendo essa tese desde outubro de 2023, que falar de privatização da Sabesp na Câmara Municipal da cidade de São Paulo é um engano, um equívoco. A cidade de São Paulo não tem uma ação da Sabesp. As ações majoritárias pertencem ao Governo do Estado de São Paulo. Já a decisão sobre a privatização, trazer essa informação para a Câmara Municipal e começar esse debate aqui com a Câmara Municipal está definindo a privatização da Sabesp e é no mínimo menosprezar a inteligência do povo da cidade de São Paulo. A privatização, a decisão, aconteceu em dezembro de 2023, na Alesp, com os Deputados e Deputadas Estaduais. Lá é a Casa que tem a prerrogativa de decidir se a Sabesp e o Governo do Estado poderão ou não se desfazer das suas ações.

Aqui, falar em privatização da Sabesp, nós somos um dos 375 clientes. Porém, vou chegar nesse ponto, nós somos o cliente, aí legal. Mas vamos tratar com clareza. Eu fico ouvindo

pessoas que possuem conhecimento trazer de uma forma, e aí, infelizmente, eu vou ter que falar. Quando vai chegando próximo de períodos ou de recortes políticos, tudo leva para uma seara e para um contorno que, olha, é lamentável.

A meu ver, minha opinião, é um debate improdutivo. Vamos começar a discutir com clareza. E eu vou dizer mais. Essa discussão só está acontecendo com relação ao contrato, se a cidade irá ou não aderir ao contrato de privatização, e essa decisão já foi tomada, viu? Como diz o jargão popular, Fernando Chucre, a Inês é morta. Esse assunto já está exaurido na Assembleia Legislativa. Aqui, nós discutimos um contrato de adesão. E eu venho falando isso desde 2023 de outubro, quando eu propus, no Colégio de Líderes, a criação de uma comissão de estudos sobre a possibilidade de a cidade de São Paulo aderir ou não, na ocasião de uma possível privatização. Porque, até lá, ainda estava em debate, lá na Alesp.

Em dezembro de 2023, tudo o que aconteceu lá está sacramentado. Agora, se esse debate está acontecendo, se nós estamos discutindo vantagens ou não, dependendo do ponto de vista, e é democrático esse debate, isso só está acontecendo porque é São Paulo. Porque São Paulo corresponde a quase 46% de todo o faturamento da Sabesp. Vocês acham que os outros 374 municípios, com todo respeito, têm essa capacidade de debate e discussão? Fica aumentando, se vai antecipar nas vendas das ações? Se vamos ter um percentual maior de investimentos? Vocês sabem que não.

Quando o projeto chegou aqui, muitos Vereadores e Vereadoras se preocuparam. Por conta, aliás, corrigindo, quando o assunto Sabesp começou a tramitar, lá na Alesp, houve uma preocupação generalizada aqui dos Parlamentares, criamos uma comissão de estudos, ouvimos, eu estou vendo especialistas que vieram aqui, representantes de sindicatos, estiveram aqui várias vezes, me pediram uma reunião para conversar a respeito do tema do contrato de adesão, não da privatização, porque não somos acionistas da Sabesp, somos o melhor e o maior cliente. Aí sim.

Quando o PL 63/2024 foi encaminhado, Chucre, quando eu li, eu me manifestei, eu estava presidindo uma comissão, eu tentava me segurar e ser ponderado para não externar o

que eu estava compreendendo a respeito do tema, mas era um projeto que não garantia absolutamente ou quase nada. Esta Casa, Vereadores e Vereadoras, os trabalhos realizados na comissão, teve um relatório que foi aprovado, encaminhamos esse relatório para o Executivo. O Prefeito Ricardo Nunes e todo o corpo técnico levou esses apontamentos ao Governo do Estado de São Paulo e o que foi votado ontem aqui na Casa foi por conta desses trabalhos.

O assunto está sendo discutido amplamente nesta Casa desde outubro de 2023. As reuniões da comissão especial de estudos possuem os mesmos efeitos de uma audiência pública. Foram reuniões abertas, amplamente divulgadas, com participações, com pedidos de informações, com encaminhamento de ofícios. Quando eu vejo os argumentos trazidos de que o debate começou há um dia e estão votando, passando o rolo compressor? Nós tivemos duas audiências públicas regimentais, formais, uma aconteceu ontem, antes da votação. A votação é a votação apenas em primeira. Tivemos avanços, precisamos melhorar, a meu ver, muito.

Também não dá para aceitar, fechar os olhos, que está tudo às mil maravilhas. Passaram-se governos e governos e as comunidades continuam às margens das represas nos nossos mananciais. As famílias continuam sem o mínimo para garantir a dignidade da pessoa humana, que é água, coleta e tratamento de esgoto. Eu estou falando bobagem aqui? Se quiser, a gente pede um barquinho emprestado e bora dar um rolê lá na Represa de Guarapiranga. Bora dar um rolê lá no Apurá, nos fundos da Pedreira, para a gente sentir o odor que sobe. Na época do verão, para fazer uma refeição, só com o nariz fechado, lá perto da Billings, sobe um odor que, por Deus do céu, chega a lacrimejar.

Temos duas represas altamente poluídas, temos famílias que vivem abaixo da linha da pobreza e que não recebem, hoje, o mínimo da Sabesp. E o momento de discussão do contrato é agora. Cheguei a pensar, não minto, de dizer “não” para a Sabesp. Aí, Chucre, eu comecei a analisar. São Paulo é uma ilha? Será que nós temos toda a infraestrutura para fazer acontecer aqui dentro o que a nossa população precisa, com qualidade? Oferecer até mesmo o que a Sabesp oferece hoje? Me desculpem, eu respondo por mim: cheguei à conclusão que não. E o que me sobrou? Lutar por vantagens neste contrato, e é isso que estou fazendo.

Muitos aqui estão me vendo pela primeira vez. Vou falar para vocês: já morei num barraquinho de tábuas lá na Pedreira, falo sempre a respeito disso. A educação me salvou, sou pós-graduado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, cheguei até esta Casa e defendo minhas origens. E se eu estou lutando por melhorias neste contrato é porque eu entendo, ao meu ver, e hoje legitimamente com mandato como Vereador desta Casa, que é a forma de a gente garantir dignidade para quase um milhão de pessoas que passaram governos e governos com discursos maravilhosos.

Porque eu vou falar o negócio, viu? Depois que as pessoas aprendem a falar em público, tem cada discurso que, olha, é de descerem lágrimas, mas sem amparo nas ações, sem amparo nos comportamentos. A gente precisa ter uma linha na vida.

Então, senhoras e senhores presentes, ontem votamos em primeira. Gostei do que eu ouvi aqui, de algumas ponderações. Espero que a gente possa avançar ainda mais; porém, eu gostaria até de lembrar a alguns Vereadores e Vereadoras que estão usando o tema Sabesp e privatização: privatização já passou em dezembro de 2023. Não existe a cápsula do tempo, só em filmes. Aqui nós precisamos trabalhar com a realidade, e a realidade é a gente ouvir a opinião pública, lutar pelos avanços, garantir o que a gente puder em favor da nossa população, garantir a manutenção da tarifa social, garantir investimentos para que a minha querida e amada Pedreira não fique como ficou há 15 dias, Faggin, oito dias sem receber uma gota de água nas torneiras.

Houve um problema em uma das bombas, aí eu fui entender um pouco. Fui à Sabesp, me mostraram aquele painel gigante falando da Represa Vargem Grande, me explicando um pouco de onde vinham os abastecimentos; e eu pude entender um pouquinho. Nós precisamos de investimentos nessa parte estrutural, nós precisamos despoluir essas duas represas, nós precisamos tirar essas comunidades ou pegar toda essa nossa área de manancial e fazer uma reurbanização. Nós precisamos, a partir de agora, brecar essas construções irregulares e, no meu ponto de vista, resolver o problema das áreas que já estão consolidadas.

Eu, novamente, quero agradecer a presença de todos vocês e espero a manifestação do Secretário Fernando Chucre. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Vereador Sidney Cruz. Passo a palavra ao Secretário Chucre.

O SR. FERNANDO BARRANCOS CHUCRE - Obrigado, Vereador Rubinho, Vereadora Silvia, Vereador Sidney, demais Vereadores e todas as pessoas presentes.

Eu não poderia deixar de agradecer a presença, além da de todos vocês, de todas as equipes vinculadas à Sabesp, que eu aprendi a respeitar muito no período em que eu fiquei naquela casa, pela extrema capacidade técnica que nós temos na Sabesp; na Secretaria como um todo, mas, especialmente, na Sabesp, pelas suas características.

O Rubinho citou agora um negócio bacana que quase ninguém conhece, que é o sistema de monitoramento de todo o fornecimento de água que a Sabesp tem, um sistema digital muito interessante - vale a pena os Vereadores conhecerem -, que mostra a complexidade desse sistema e a grande capacidade técnica que têm essas equipes na gestão da questão do fornecimento de água e tratamento de água aqui na região, na cidade de São Paulo, em tempo real. Em tempo real.

E isso posto, Vereador, eu queria tentar responder rapidamente. Claro que algumas questões colocadas foram muito técnicas e demandam um tempo maior. Para isso, eu me coloco à disposição, como sempre, para fazer esclarecimento de maneira mais demorada sobre questões técnicas que foram colocadas aqui; todas as questões para as quais a gente tem resposta, é claro.

Toda vez falo isso, mas vou repetir qual foi uma das primeiras preocupações que o Prefeito teve no momento da adesão à URAE, que foi aquele momento em que o Prefeito falou: “Vamos aderir ao sistema de maneira regionalizada”, que foi uma proposta do governo, a partir da decisão da venda das ações pelo Governo do estado de São Paulo, que aconteceu no final do ano passado. A primeira preocupação do Prefeito foi determinar para o grupo técnico que fizesse um documento que garantisse - e isso é importante, porque responde já algumas questões que foram colocadas aqui -, no mínimo, todas as condições presentes no contrato atual.

Então, tudo o que nós temos do ponto de vista de vantagens ou de conquistas

discutidas ao longo dos últimos anos, principalmente no contrato de 2010 e na revisão que teve em 2016, está garantido como condicional. A adesão à URAE, a adesão aos novos contratos está condicionada à manutenção. Foi o único município que fez um anexo à adesão da URAE garantindo as condições do contrato vigente. Isso foi uma preocupação inicial que o Prefeito teve e que a gente fez nesse documento, então, para garantir isso.

A partir daquele momento, se iniciou um processo de discussão com o Poder Executivo Estadual, especialmente com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado e com os técnicos da Sabesp em relação ao poderia ser melhorado no contrato atual. Na linha do que o Vereador Sidney disse, a lógica foi: “Temos um contrato; o que pode ser melhorado? Vamos enxergar isso como uma oportunidade, o que pode ser melhorado do seu ponto de vista operacional”.

E sem entrar no detalhe, também agora, no momento, foi feita uma série de demandas, de anexos técnicos que nós produzimos, que tentam responder a questões que foram colocadas pela população de maneira geral, pelos Vereadores e pelos próprios técnicos da Sabesp, como questões que deveriam ser respondidas pela Prefeitura - e pelos técnicos da Prefeitura também, é óbvio -, mas que poderiam ser melhoradas, como a questão da intermitência no fornecimento, na pressão e o compartilhamento de dados e informações com o município.

Vamos lembrar: hoje é uma relação Estado e município, pública-pública. Se olharmos em perspectiva, entendendo que vai haver um privado fazendo a gestão disso, houve uma preocupação muito grande. Por exemplo, vou citar uma questão que acho relevante: obrigatoriedade de investimentos futuros em sistemas de monitoramento e controle da prestação de serviço da futura Sabesp, no sentido de que nós pudéssemos ter condição aqui, Poder Público Municipal, de atestar que esses serviços estavam sendo feitos com melhor qualidade eventualmente, mas no mínimo nas condições todas que foram colocadas no contrato.

Para isso, inclusive, eu acho que os senhores todos sabem, a gente colocou - para além da Arsesp, que tem a função de fiscalizar a execução desses contratos - a necessidade da

contratação de uma verificadora independente, que vai poder testar essas questões também para o lado do município, para a gente verificar os dados e informações que serão fornecidas.

Vou tentar responder algumas coisas, porque são muitas questões técnicas, mas o farei rapidamente. A Fernanda fez alguns questionamentos com relação à questão dos córregos, por exemplo. Então, em um dos anexos que foi feito, Fernanda, a gente teve o cuidado de colocar que a Sabesp tem experiências muito interessantes. Vou dar um exemplo de programas específicos: Córrego Limpo, para falar uma coisa que você disse agora. Então, nós fizemos lá a manutenção; há um anexo que trata de todos os programas que a Sabesp faz, que a Sabesp já implanta, implementa, não só em São Paulo, mas também na Região Metropolitana e em diversos municípios. Tratamos da manutenção daqueles projetos, mais projetos e programas.

Mais do que isso - e esta resposta eu vou falar para várias questões que foram colocadas aqui -: para que não seja uma gestão unicamente, exclusivamente da Sabesp, nós colocamos um item de que eu vou falar toda hora, porque acho que é o mais relevante para os munícipes no sentido de se entender qual é o futuro desse contrato: a renovação, a revisão do Plano de Saneamento do Município.

O município já contratou essa revisão de maneira identificada, de uma maneira bem técnica, bem objetiva, mostrando quais serão as prioridades de investimento nesse contrato por essa nova Sabesp no sentido de priorizar, por exemplo - e está escrito em vários momentos -, a questão dos mananciais que você citou. Estamos muito preocupados com isso, e vou repetir a história que já contei: a Sabesp mostrou, recentemente, a capacidade técnica que possui quando foi investir no programa do Renova Pinheiros, o projeto de disposição do Pinheiros. Ali ela mostrou, sim, que tem capacidade técnica implantada, inclusive, para fazer coleta de esgoto em comunidades que estavam com atrasos, por exemplo: sequer tinham previsão de implantação de obras de urbanização, pois, normalmente, vinculamos, na prática, na vida real, as obras de urbanização, ou seja, saneamento e esgoto sempre foram vinculadas às obras de urbanização. Isso quer dizer que estão vinculadas também à abertura de ruas, drenagem, pavimentação, caminhabilidade, mobilidade.

Então, o que é que a Sabesp mostrou agora? Que já existe tecnologia, na cidade de São Paulo, e já na empresa, que permite e dá capacidade de se fazer obras de coleta de esgoto e de saneamento em comunidades onde ainda não se tem condições urbanísticas para implementar essas obras. Esse ponto foi demonstrado agora e isso nos permite levar adiante, de uma certa maneira, enxergando para frente, o que esse plano de saneamento vai indicar.

Mais do que isso, a Secretaria da Habitação, a Secretaria Executiva dos Mananciais, a Secretaria do Verde, diversas Secretarias apresentaram um mapeamento atualizado de todas as comunidades que o Município de São Paulo tem conhecimento e que estão cadastrados. Estou falando de polígonos, estou falando de perímetros.

Claro que ali ainda não tem os dados, são mais 2.325 famílias naquele polígono, mas mapeamos esses polígonos e tem um anexo também sobre isso, apontando como investimento prioritário da Sabesp atender, de fato, as áreas mais vulneráveis. Mais uma preocupação nossa também.

E só para não misturar com relação ao investimento, foi citada a questão dos 7,5% e dos 13%, gostaria de dizer que são duas coisas distintas. Os 7,5% da receita da Sabesp são investidos no FMSAI, que é um fundo municipal e é a cidade quem faz a gestão desses recursos, principalmente, majoritariamente, voltados às obras de urbanização e na implantação de empreendimentos habitacionais nos mananciais, no programa mananciais, talvez seja o melhor exemplo. Portanto, grande parte dos recursos que vão para lá são oriundos do FMSAI. Então, isso é uma caixinha.

A outra caixinha, que é dos 13%, é a obrigação que existe no contrato de investimento de recursos da Sabesp seja em infraestrutura, seja em qualquer outra obra, no Município ou na região metropolitana, em equipamentos de interesse do Município de São Paulo.

Na última reunião citei o exemplo, mas vou repetir, embora acho que é bastante óbvio. A maior estação de tratamento de esgotos para os esgotos gerados no Município de São Paulo fica em Barueri, para dar um exemplo bem objetivo. Quando se investe na estação de Barueri, está se investindo, sim, na melhoria do sistema do Município de São Paulo.

Vejam: ao imaginar que no sistema, na região metropolitana, tem vários equipamentos dispostos em outros municípios que abastecem ou que atendem diretamente a população de São Paulo. Então, isso para dar um exemplo. Assim, o que estamos falando – e aí tem razão também quem comentou – é que a Sabesp já está, atualmente, uma vez que estamos nesse prazo de universalização até 2029, fazendo investimentos a maior do que os 13%.

Ademais, para além dos 13%, se você pegar o histórico dos últimos anos, já existe um investimento maior. Por quê? O grande investimento da Sabesp estará concentrado nos próximos anos. E aí, o que teve de ganho também, respondendo algumas questões que foram levantadas aqui, com relação a investimentos: “É só esse um bilhão e pouco de antecipação?” Só esclarecendo: antecipação não é ganho. Antecipação é só uma forma de se colocar mais recursos no FMSAI.

— Não é ganho, desculpe, deixem eu ser mais claro. Não estamos falando que a receberemos um recurso adicional. Estamos falando que vamos antecipar esse valor para investimentos justamente nas regiões, ou seja, vai para o FMSAI e, conseqüentemente, serão antecipados investimentos em habitação e urbanização.

Mas o grande ganho - que é onde nos concentramos nessa discussão - foi na demonstração por parte da Sabesp, por parte do Governo do Estado, do aumento do investimento ao longo de todo o contrato e não somente em 2029. Assim, quando fazemos aquela conta, e aí é claro que está sendo apresentado um plano de investimento - e que esse documento será anexado a todo esse processo para que fiscalizemos isso ao longo dos próximos anos -, o que está sendo colocado de maior ganho para nós, Vereadora, é justamente o aumento do investimento médio no Município de São Paulo até o final do contrato, e não é só no período até 2029.

Estamos falando até o final do contrato previsto, o novo contrato, até 2060, que seria um aumento de 50% da média dos recursos investidos anualmente no Município de São Paulo em saneamento e outras obras de interesse do saneamento, como o abastecimento de água, reservação, tratamento. Estamos falando nesse conjunto de obras.

De tudo que estamos expondo, acho que esse é o maior recurso, talvez seja o maior ganho que o Município terá: um aumento de 50% dos investimentos sendo feitos na cidade ao longo de todo o contrato - vou falar isso toda hora - e não só no período até 2029.

Outras questões que nos deixam muito preocupados, no momento de expor essas informações - e já ouvi alguns questionamentos aqui, acho que vocês têm razão e nós também nos atentamos - repito, é aperfeiçoar indicadores. Então, para além dos indicadores do contrato geral da URAE, o contrato total chamado Anexo 2 - vamos chamar assim o contrato da Sabesp com São Paulo -, possui questões muito específicas do contrato de São Paulo.

Vamos lá: o Anexo 2 dispõe claramente indicadores específicos. São novos indicadores que não são utilizados hoje, para que possamos medir a eficiência desse investimento e medir a eficiência da melhoria do serviço para o cidadão, para o cliente Sabesp ao longo do tempo.

Mencionei um exemplo naquele quadro apresentado na última reunião, vou citá-lo novamente, pois é interessante. Quando falarmos em atendimento, em cobertura, em tratamento de esgoto, não será para falar de tratamento sobre esgoto gerado, mas pelo, desculpe, do esgoto coletado, que é uma parcela menor do que o esgoto gerado. Portanto, estamos criando indicadores para medir, ou melhor, para aumentar a cobertura no fim do dia. Vamos aumentar a cobertura da coleta de esgotos e tratamento para o munícipe da Capital e, com isso, tentaremos reduzir esse problema que temos – e que a Fernanda levantou - sobre rios e córregos, que é inserir, basicamente, comunidades que não têm ainda esgoto implantado e também aqueles irregulares na rede de drenagem, uma vez que tem muita coisa acontecendo.

Inclusive, adicionamos um item específico com relação a isso. É que são muitos dados, repito, por isso peço desculpas, vou tentar falar de questões mais genéricas.

Com relação à amortização, desculpa, Vereador, se eu estou falando muito, vou tentar ser o mais breve possível, mas minha intenção é não deixar nada sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – À vontade, Secretário.

O SR. FERNANDO BARRANCOS CHUCRE - Vamos lá. Com relação à amortização

dos investimentos, que é uma questão levantada sistematicamente e que nos preocupa bastante também. O que conseguimos avançar até agora? Replicamos ali uma questão que está no contrato atual, qual seja, a amortização dos investimentos no período do contrato garantida a modicidade tarifária.

Onde está o ponto que acho relevante e importante dizer? O Estado está pedindo que, no momento inicial, como forma de garantir que a tarifa será historicamente menor do que a projeção que tínhamos com a Sabesp pública - com a tarifa pública, vamos dizer assim -, que se crie um fundo, basicamente, onde serão canalizados 30% dos recursos, que é o FAUSP. Aliás, alguém aqui já o mencionou, e ali serão colocados 30% dos recursos, e através desse Fundo, havendo necessidade, vai se aportando recurso na futura Sabesp, fazendo com que a tarifa seja pequena, seja menor do que o projetado ao longo do tempo do contrato.

Temos, nesse instante, uma questão bastante objetiva, que é a seguinte: como garantir que haja recurso suficiente para isso acontecer ao longo do tempo? E se acabar os 30% que estão sendo colocados no fundo inicialmente? E se acabar ao longo do tempo? Isso não pode gerar um mal, do tipo: “Ah, não tenho mais recurso nesse fundo; vou aumentar a tarifa para poder equilibrar o contrato”. Então, são duas maneiras que estão sendo pensadas ao mesmo tempo, ou seja, a discussão onde estão colocando os dividendos das ações ao longo do tempo - a Sabesp deve continuar com o Estado, desculpe, deve continuar com 18% das ações – e os dividendos dessas ações ao longo do tempo serão colocados nesse fundo – vão reabastecer esse fundo para tentar garantir isso – e nós estamos escrevendo que, para além disso, se for necessário algum aporte adicional, o Município não quer participar, e será o Estado responsável por essa questão da modicidade tarifária versus amortização.

Outra questão levantada é ter - e vou voltar no plano de saneamento, que acho ser o documento que mais temos de nos debruçar; aliás, esse plano de saneamento está sendo feito, será feito por uma equipe bastante técnica e vai ter também ali um processo participativo com relação a isso, que é para a gente ter essa leitura – alguns técnicos que levantaram isso, e é uma preocupação nossa também – da questão de se renovar ativos ao longo do período do

contrato.

Tem tubulação da Sabesp, tem redes que foram implantadas agora há um ano e há cinco, dez anos, e tem redes, por exemplo, no centro de São Paulo, brincando, que acho que são do tempo de Dom Pedro. Então, isso não é eterno e, se você pensar num contrato de longo prazo, ao longo desse período, tem que ser feita renovação também de ativos. Para além dos investimentos em novas redes, em novas infraestruturas necessárias para o tratamento, tem que ser feito também investimento em renovação de ativos ao longo desse período, que é a preocupação um pouco que foi levantada aqui por alguns técnicos de como isso se amortiza ao longo do tempo. Então, essa questão eu já respondi na anterior, mas também é uma preocupação nossa o Plano de Saneamento mais todos esses indicadores e o controle que a gente quer ter sobre a futura Sabesp, um controle maior do que nós temos hoje.

A gente vai tentar, então, através desses mecanismos responder a essas questões e controlar esses investimentos, controlar no sentido de ter gestão também sobre esses serviços ao longo do tempo, considerando que – e eu vou fazer mais uns parênteses aqui – está também no nosso anexo e que a gente vai continuar tendo – para além do Conselhão da URAE, que são 375 municípios, e do Conselho menor, da URAE 1, que são 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, São Paulo – um Comitê Gestor paritário 50/50 para poder definir esses investimentos prioritários baseados nesse Plano de Saneamento que vai ser atualizado.

Eu não sei se eu estou sendo muito aqui rápido, mas é só para a gente tentar seguir uma sequência.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – O senhor me permite só uma dúvida em relação a essa questão da gestão?

O SR. FERNANDO BARRANCOS CHUCRE – Claro.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Digamos que o Conselhão decida uma coisa, o Conselho da URAE decida outra e o Conselho paritário outra coisa completamente antagônica. Qual vai ser a decisão que vai prevalecer sobre o município de São Paulo? A decisão desse Conselho menor ou a decisão do Conselho da URAE?

O SR. FERNANDO BARRANCOS CHUCRE – No Conselho da URAE, São Paulo é minoritário. Vamos lembrar daquela coisa da história dos 19%. Então, nós teríamos 19% no poder de voto, vamos chamar assim, com relação aos demais municípios. O que nós colocamos é que, antes dos documentos de investimentos irem para a URAE, que é essa instância que a gente tem menor valor, menor gestão, ele passa e tem que ser aprovado por um Conselho Deliberativo no qual o município tem 50% e o Estado 50%, nos moldes do que acontece hoje. Essa foi uma forma. Há questões jurídicas que a gente vai responder para vocês com mais detalhes mais à frente, mas a tese é a de que a gente tenha, sim, um nível de gestão sobre as prioridades de investimento no território do município de São Paulo para além da discussão geral da Região Metropolitana e dos 374 municípios, Silvia.

É importante a gente lembrar, Vereadora, que tem uma lógica do novo Marco do Saneamento, que, claro, a gente pode concordar ou não com ela, que é a seguinte: se a gente olhar a Região Metropolitana, eu não sei se vocês sabem, mas, dos 375 contratos que a Sabesp tem, só 11 municípios – me corrijam, por favor se eu estiver enganado no número – são superavitários.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO BARRANCOS CHUCRE – São mais? Vinte. Está bem. Vinte municípios são superavitários. Então, há um número enorme de municípios que não tem capacidade, se os contratos estivessem individualizados, de reinvestir ou de investir recursos necessários para atender à universalização do saneamento. Fazendo aqui uma conversa mais conceitual, para dar um exemplo e fazer uma brincadeira, para além de todas as outras discussões, o vulnerável de São Paulo tem direito a saneamento, mas o vulnerável de Carapicuíba não tem. Então, a lógica é regionalizada, até porque a Sabesp funciona já assim hoje. Os investimentos que São Paulo, o que vem de recursos a mais de São Paulo, no sentido de superávit, é utilizado sim para investir não só em São Paulo, mas também em diversos municípios. Ela já funciona desse jeito.

Respondendo à Vereadora Silvia, dentro dessa lógica que a gente está colocando, e

que vai ser mantida na tal da URAE, e considerando que hoje a gente tem gestão, vamos dizer assim, total sobre os investimentos de São Paulo nesse Comitê, a gente só está tomando cuidado de manter esse Comitê para que a gente possa ter gestão disso ao longo do tempo.

Deixe-me ver se eu resgato mais alguma coisa. Contrato específico, anexo, amortização, sobre a qual eu já falei, diferenças regionais para saneamento... Tarifa social é uma questão sobre a qual a gente está também bastante debruçado. Foi colocado no contrato agora o conceito de que as famílias no CadÚnico teriam direito automaticamente à tarifa social, e a Câmara está debruçada sobre isso. Nós já tivemos algumas conversas com diversos Vereadores sobre essa questão de que o novo critério, de maneira nenhuma, reduzirá a base que nós já temos no município. Essa discussão está acontecendo agora nesse processo de lei e no processo também de discussão dos anexos técnicos. A gente deverá ter notícia, mas eu acho que também é uma questão que a gente tem que ficar absolutamente atento para que não haja redução desse número.

Eu acho que eu já respondi a tudo, Vereador Rubinho, porque tem aqui muitos detalhes, mas, de novo, estou à disposição de quem precisar para a gente poder fazer uma discussão mais técnica, mais aprofundada de qualquer das questões que estão sendo colocadas aqui. Eu acho que é isso. Agradeço a todos a atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Parabéns, Secretário, e muito obrigado pelas contribuições.

Antes de encerrar, o Vereador João Ananias me fez um questionamento, acho que pela enésima vez, sobre a redução dos custos e sobre a manutenção de tarifas. Eu acho bastante interessante que o Vereador se manifeste contra a privatização, arguindo a questão de custos enquanto ele tem no bolso um iPhone. Se a gente ainda tivesse a Telebras cuidando da telefonia do País, com certeza ele teria um orelhão para trazer tais argumentos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Só um minuto, Vereador. Mas isso, na

minha leitura, só demonstra a incapacidade do Vereador, com todo o respeito, de conhecer conceitos técnicos quanto ao mercado e alguns princípios básicos sobre a liberdade de mercado, privatização. Enfim, já tivemos essa conversa diversas vezes, mas eu tenho certeza de que o abismo ideológico que nos separa também é o abismo ideológico que separa a diferença entre o entendimento de mercado e o não entendimento.

O Vereador Fabio Riva tem a palavra.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, primeiramente, muito boa tarde. Estou acompanhando aqui de forma virtual e quero parabenizar o Secretário Chucre pelas explicações e respostas. Só queria dizer que eu fiquei contemplado, porque eu sempre tive uma preocupação com a questão da tarifa social. Inclusive, externei ao Secretário Chucre sobre aqueles que hoje já estão incluídos na tarifa social e dos novos através do CadÚnico, que a gente entende que precisa aprimorar um pouquinho isso. Ele já deixou claro que, numa próxima audiência pública, a gente poderá melhorar cada vez mais o projeto nesse sentido.

Só queria deixar muito claro esse meu posicionamento, a minha preocupação com a questão da tarifa social, além das outras preocupações que, ao longo das últimas semanas, a gente já entendeu que melhorou, aprimorou mais o projeto, mas nós temos algumas questões que, para nós, principalmente para mim, na questão da tarifa social, são muito caras. Então, por isso, eu preciso ainda entender um pouquinho mais aquilo que a gente pode aprimorar no projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Fabio Riva.

Antes de encerrar, gostaria de informar e convidar todos para as próximas audiências públicas, sendo a próxima no dia 20 de abril de 2024, sábado, às 9h, no CEU Parelheiros, Rua José Pedro Borba, 20, Jardim Novo, Parelheiros; no dia 22 de abril, segunda-feira, às 11h, no Salão Nobre desta casa, oitavo andar, e auditório virtual; no dia 24 de abril, quarta-feira, às 11h, também no Salão Nobre, oitavo andar, e auditório virtual; no dia 25 de abril, quinta-feira, às 19h, no CEU Meninos, Rua Barbinos, 111, São João Clímaco; no dia 27 de abril, sábado, às 9h, no CEU Guarapiranga, Estrada da Baronesa, 1120, Parque Bologne.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Agradeço mais uma vez a participação e a contribuição de cada um dos senhores.
Tenham todos uma ótima tarde.
